

STJ00109319

Gilberto de Castro Moreira Junior
Luís Eduardo G. Barbieri
Angela Sartori
(Coordenadores)

Temas Relevantes de

DIREITO ADUANEIRO

São Paulo


ADUANEIRAS
INFORMAÇÃO SEM FRONTEIRAS

2020

Copyright © 2020

Editora: Andréa Campos

Copydesk e revisão: Alessandra Simões
dos Santos; Elaine Cristina Paulino Yuasa

Diagramação: Nilza Ohe

Capa: Fernanda Napolitano



**Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

T278 Temas relevantes de direito aduaneiro / Coordenadores Gilberto de Castro Moreira Junior, Luís Eduardo G. Barbieri, Angela Sartori. – São Paulo, SP: Aduaneiras, 2020.
284 p. : 15 x 22 cm

ISBN 978-85-7129-838-5

1. Administração alfandegária. 2. Comércio exterior. 3. Tarifas alfandegárias – Legislação – Brasil. I. Moreira Junior, Gilberto de Castro. II. Barbieri, Luís Eduardo G. III. Sartori, Angela.

CDD 343.81056

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

2020

Proibida a reprodução total ou parcial.
Os infratores serão processados na forma da lei.

EDIÇÕES ADUANEIRAS LTDA.

SÃO PAULO-SP – 01311-200 – Av. Paulista, 1.337

Tel.: 11 4862 0400

www.aduaneiras.com.br – e-mail: livraria@multieditoras.com.br

Sumário

Introdução 9

ANGELA SARTORI

A Representação Fiscal para Fins Penais nas Infrações Aduaneiras 11

1. Introdução. 2. A obrigação de constituir o crédito tributário – Lançamento. 3. Considerações sobre o subfaturamento. 4. Considerações sobre a interposição fraudulenta. 5. Considerações sobre a pena de perdimento. 6. Considerações sobre a representação fiscal para fins penais nas infrações aduaneiras. 7. Conclusão. 8. Referências.

ANTÔNIO AUGUSTO SOUZA DIAS JÚNIOR

O Princípio da não Discriminação no Direito do Comércio Internacional..... 47

1. Introdução. 2. Princípio da não discriminação no comércio internacional – Comércio e serviços. 3. Princípio da não discriminação no TRIPS. 4. Conclusão. 5. Referências.

CAIO CÉSAR MORATO

A Necessária Reforma do Processo de Aplicação da Pena de Perdimento no Brasil..... 73

1. Introdução. 2. A pena de perdimento no direito brasileiro. 3. A proporcionalidade das sanções. 4. O duplo grau de jurisdição na Constituição Federal brasileira. 5. Conclusão. 6. Referências.

CAMILLA PARDINI

Considerações sobre o TRIPS e o Comércio Internacional..... 97

1. Surgimento do TRIPS e sua conexão com o comércio internacional. 2. Principais características do TRIPS. 3. Conclusão. 4. Referências.

CARLOS EDUARDO DE BIASI

Ilegalidade da Inclusão das Despesas de Capatazia Incorridas no Destino na Base de Cálculo dos Tributos Aduaneiros..... 111

1. Breve resumo da discussão envolvendo a ilegalidade da inclusão das despesas de capatazia na base de cálculo dos tributos aduaneiros. 2. O valor aduaneiro como base de cálculo dos tributos aduaneiros. 3. Comentários sobre as despesas de capatazia. 4. Do acordo de valoração aduaneira e do valor aduaneiro. 5. Da incompatibilidade da determinação da IN SRF nº 327/2003 frente ao AVA e ao art. 79 do Regulamento Aduaneiro. 6. Da vedação à majoração de tributos por instrução normativa. 7. O cenário jurisprudencial atual. 8. Referências.

FÁBIO GOMES DE MATTOS GARCIA DE OLIVEIRA
Inconstitucionalidade do Procedimento para Aplicação da Pena de Perdimento Face ao Acordo de Facilitação do Comércio..... 135

1. Introdução. 2. Procedimento da perda de perdimento no ordenamento brasileiro e a posição até então vigente dos tribunais superiores sobre a matéria. 3. Nova sistemática trazida pelo acordo de facilitação do comércio e a incompatibilidade com o sistema vigente. 4. Considerações finais. 5. Referências.

ISABELLA ROSSI PINHEIRO MARIOTTINI

A Aplicação da Pena de Perdimento de Mercadorias nas Infrações de Interposição Fraudulenta de Terceiros 157

1. Introdução. 2. O apenamento das infrações de interposição fraudulenta de terceiros com o perdimento de mercadorias. 3. O perdimento de mercadorias nas operações de importação. 4. Destinatário da pena de perdimento e penalidade mais específica em casos de interposição fraudulenta nas operações de im-

portação. 5. Procedimento de aplicação da pena de perdimento e a inexistência de previsão do duplo grau de jurisdição. 6. A pena de perdimento e a possibilidade de sua conversão em multa. 7. Cumulação da penalidade de perdimento com outras penalidades aduaneiras. 8. A aplicação definitiva da pena de perdimento e a possibilidade de restituição do imposto de importação. 9. Prazo decadencial para a aplicação da pena de perdimento. 10. Conclusão. 11. Referências.

JOÃO VICTOR TEIXEIRA GALVÃO

Controvérsia Jurídica na Aplicação das Multas pelo Descumprimento de Prestar Informações no Siscoserv, Penalidades Prescritas na IN RFB nº 1.277/2012 183

1. Introdução. 2. Obrigação tributária. 3. Obrigação tributária acessória autônoma. 4. Da obrigação de prestar informações econômico-comerciais ao Ministério da Economia e a controvérsia jurídica na aplicação das penalidades previstas na IN RFB nº 1.277/2012. 5. Da posição da Fazenda Nacional. 6. Considerações finais. 7. Referências.

MARCUS VINICIUS MONTANARI

Despesas Aduaneiras – A Possibilidade de Apropriação de Créditos de PIS e Cofins nas Importações de Insumos e Mercadorias 213

1. Introdução. 2. As despesas aduaneiras e a posição da Receita Federal do Brasil. 3. Quanto à possibilidade de apropriação de créditos nas importações de mercadorias para revenda. 4. Quanto à possibilidade de apropriação de créditos nas importações de insumos utilizados na fabricação de produtos destinados à venda. 5. Conclusão. 6. Referências.

RODRIGO ALEXANDRE LAZARO PINTO

Caso Hamamatsu do Tribunal de Justiça da União Europeia: um Novo Capítulo na Intersecção entre Valoração Aduaneira e Preço de Transferência..... 237

1. Introdução. 2. Valoração aduaneira. 3. Preço de transferência. 4. Intersecção entre a valoração aduaneira e o preço de transferência. 5. Comitê Técnico de Avaliação Aduaneira (TCCV) da OMA. 6. Caso Hamamatsu. 7. Conclusão. 8. Referências.

VANESSA BULARA

Interposição de Terceiros na Importação 265

1. Introdução. 2. Conceito de interposição de terceiros no direito aduaneiro. 3. Tipos de interposição de terceiros. 4. Legalidade da interposição. 5. Procedimento Especial de Controle Aduaneiro (Peca). 6. Procedimento especial de verificação da origem dos recursos aplicados. 7. Pena de perdimento. 8. Casos concretos: a jurisprudência administrativa e judicial. 9. Conclusão. 10. Referências.